



Concurso Público para provimento de vagas para
Estágio Remunerado
Bacharelados em Direito

Nome do Candidato:

JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO

Data:

03/09/2014

Nº da Inscrição

0000

Nº do Documento:

Assinatura do Candidato:

P R O V A

Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES:

1. Este caderno de provas contém 50 (cinquenta) questões objetivas, tabela de gabarito, prova dissertativa e um rascunho. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
2. A duração da máxima prova é de 4h (quatro horas) improrrogáveis, incluído o tempo para preenchimento do nome e número de inscrição do(a) candidato(a), tabela do gabarito e resposta às questões dissertativas. Ao final do tempo, o(a) candidato(a) deve entregar imediatamente o caderno de provas, sob pena de ser considerado desistente da seleção.
3. As questões da prova objetiva apresentam alternativas, das quais apenas uma deve ser preenchida na tabela do gabarito. Não será atribuída nota ao(a) candidato(a) que rasurar e/ou preencher mais de uma alternativa.
4. É proibida a comunicação com outros candidatos durante a realização da prova, bem como é vedada a consulta e a utilização de livros, códigos, legislação, anotações ou qualquer outro material.
5. É vedada a utilização de qualquer equipamento eletrônico durante a prova, inclusive, telefones celulares, BIPs, *paggers*, rádio, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, etc. Durante a prova, tais equipamentos devem ser desligados.
6. O(a) candidato(a) poderá levar seu caderno de provas somente no decurso da última hora hora anterior ao horário determinado para o término da prova.
7. A não-observância das instruções acima poderá implicar a exclusão do(a) candidato(a) da seleção.



PROVA ESCRITA OBJETIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (TRF3 – 2014) Em ação civil pública, para anulação de contrato administrativo, na qual preliminar invoque a inconstitucionalidade de lei municipal, será possível, quanto ao controle de constitucionalidade, em decisão proferida pelo juiz de primeiro grau de jurisdição,

(A) o exercício do controle concentrado e com extensão dos efeitos da decisão à retirada de vigência da lei assim declarada inconstitucional.

(B) apenas o exercício da modalidade de controle difuso, com efeitos limitados às partes no caso concreto.

(C) o exercício da modalidade de controle concentrado, embora limitados os efeitos às partes no caso concreto.

(D) o exercício da modalidade de controle difuso e com extensão dos efeitos da decisão à retirada de vigência da lei assim declarada inconstitucional.

(E) o exercício de controle concentrado, mas sem possibilidade de se retirar a vigência da lei, salvo se a decisão for confirmada pelo Tribunal de Justiça.

2. (TRF4 – 2014) Os tribunais do país estão, em regra, sujeitos em sua composição ao chamado quinto constitucional, que vem a ser o preenchimento de um quinto de seus cargos distribuídos igualmente entre advogados e membros do Ministério Público.

Configuram EXCEÇÕES ao quinto constitucional:

(A) Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Regionais Federais.

(B) Tribunal Superior do Trabalho e Tribunal Superior Eleitoral.

(C) Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior Eleitoral.

(D) Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça.

(E) Supremo Tribunal Federal e Tribunal Superior do Trabalho.

3. (Assembléia Legislativa/PE – 2014) O Governador de determinado Estado pretende candidatar-se à reeleição para o cargo, também almejado pelo Prefeito de um Município. Considerando que ambos estão em exercício de primeiro mandato, e de acordo com as regras constitucionais sobre inelegibilidade, o Governador

(A) poderá ser candidato a reeleição, independentemente de renunciar a seu mandato, mas o Prefeito somente poderá candidatar-se a Governador caso renuncie ao mandato até quatro meses antes do pleito.

(B) e o Prefeito poderão ser candidatos aos cargos que pretendem, independentemente de renunciarem a seus mandatos.

(C) e o Prefeito poderão ser candidatos aos cargos que pretendem, desde que renunciem aos respectivos mandatos quatro meses antes do pleito.

(D) somente poderá candidatar-se à reeleição caso renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito, mas o Prefeito poderá ser candidato a Governador, independentemente de renunciar a seu mandato.

(E) poderá ser candidato à reeleição, independentemente de renunciar a seu mandato, mas o Prefeito somente poderá candidatar-se a Governador caso renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito.

4. (TRF4 – 2014) Considere as seguintes situações:

I. Após sete anos de exercício da função, em primeiro grau, um juiz perde o cargo, mediante sentença judicial transitada em julgado.

II. É determinada a remoção de certo magistrado, contrariamente à sua vontade, por motivo de interesse público, conforme decisão do voto da maioria absoluta do tribunal a que pertence.

III. Determinado magistrado, membro de Tribunal de Justiça estadual, sofre redução em seu subsídio mensal, a fim de que este seja adequado ao valor fixado para o do Governador do Estado.

Seria incompatível com a Constituição da República, por infringir garantia que esta expressamente outorga aos juízes, o que consta em

(A) I, II e III.

(B) I, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) III, apenas.



5. (TRF4 – 2014) Nos termos da Constituição da República, exige-se ordem judicial para

- (A) extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- (B) efetuar a prisão de alguém em flagrante delito.
- (C) utilização, no processo, de provas obtidas por meios ilícitos.
- (D) entrar na casa de um indivíduo, sem seu consentimento, exceto para prestar socorro.
- (E) quebra do sigilo das comunicações telefônicas, para fins de investigação criminal.

6. (VUNESP – 2014) Um Comandante da Marinha praticou o crime de lesão corporal dolosa e foi preso em flagrante. Seu advogado impetrou habeas corpus que deverá ser processado e julgado, originariamente, pelo

- (A) Juiz Federal competente.
- (B) Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Supremo Tribunal Federal.
- (D) Conselho Nacional de Justiça.
- (E) Superior Tribunal Militar.

7. (VUNESP – 2014) Conforme prescreve a Constituição Federal a respeito das funções essenciais à justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- (B) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, não precisará ser precedida de autorização do Congresso Nacional.
- (C) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe ao Advogado-Geral da União.
- (D) É facultado aos membros do Ministério Público exercer atividade político-partidária.
- (E) As Defensorias Públicas Estaduais não possuem autonomia funcional e administrativa e seus membros são livremente nomeados pelo Governador do Estado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

8. (TRF4 – 2014) O provimento de cargo público confere àquele que tomou posse o status de servidor público. A propósito do provimento de cargos públicos, com base no que dispõe a Lei no 8.112/1990, o

- (A) ingresso de estrangeiro em cargo público chama-se reintegração, desde que tenha se submetido a regular concurso público de provas e títulos.
- (B) provimento de cargos de professores, técnicos e cientistas pode se dar com estrangeiros, no âmbito das

universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais.

- (C) provimento de cargo por pessoa portadora de deficiência, regularmente aprovada em concurso público, chama-se recondução.
- (D) provimento de cargo por pessoa portadora de deficiência, regularmente aprovada em concurso público, chama-se reintegração.
- (E) retorno ao cargo por servidor público aposentado, que se submeteu a outro concurso público de provas e títulos, chama-se readaptação.

9. (Assembléia Legislativa/PE – 2014) O princípio da continuidade do serviço público serve de fundamento para a

- (A) utilização compulsória de equipamentos, recursos humanos e materiais da empresa contratada empregados na execução do contrato, quando este tiver sido rescindido unilateralmente.
- (B) proibição do direito de greve de servidores públicos, prevista inclusive na Constituição Federal.
- (C) proibição, em qualquer hipótese, de suspensão da execução do contrato administrativo pelo particular.
- (D) regra legal da inexigibilidade de licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- (E) exigência de permanência do servidor em serviço, ainda que este preencha os requisitos para aposentadoria compulsória.

10. (Assembléia Legislativa/PE – 2014) Consideradas as disposições contidas na Constituição Federal acerca dos cargos, empregos e funções públicos, é correto afirmar:

- (A) por força de Emenda à Constituição, não mais se admite a contratação por tempo determinado no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (B) os empregos e funções públicos são acessíveis a brasileiros e estrangeiros, mas os cargos públicos somente são acessíveis a brasileiros.
- (C) os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- (D) a exigência constitucional de aprovação prévia em concurso público refere-se somente à investidura em cargos públicos efetivos, sendo dispensada para cargos comissionados e empregos públicos.
- (E) a Administração pública de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverá publicar decreto reservando percentual dos seus respectivos cargos públicos para as pessoas portadoras de deficiência.



11. (TJPE - 2012) Em matéria de atributos do ato administrativo é certo que

- (A) a imperatividade está presente em todos os atos administrativos, salvo os normativos, e dependem da sua declaração de validade ou invalidade.
- (B) a presunção de veracidade e legitimidade não transfere, como conseqüência, o ônus da prova de invalidade do ato administrativo para quem a invoca.
- (C) a presunção de legitimidade autoriza a imediata execução ou operatividade dos atos administrativos, mesmo que argüidos de vícios ou defeitos que os levem à invalidade.
- (D) o reconhecimento da autoexecutoriedade do ato administrativo tornou-se mais abrangente em face da legislação constitucional, entretanto sua execução depende, em regra, de ordem judicial.
- (E) a exeqüibilidade e a operatividade não possibilitam que o ato administrativo seja posto imediatamente em execução, porque sempre exigem autorização superior ou algum ato complementar.

12. (TJPE – 2012) Considere sob o foco do poder hierárquico:

- I. Chamar a si funções originariamente atribuídas a um subordinado significa avocar, e só deve ser adotada pelo superior hierárquico e por motivo relevante.
 - II. A revisão hierárquica é possível, desde que o ato já tenha se tornado definitivo para a Administração ou criado direito subjetivo para o particular.
 - III. As delegações quando possíveis, não podem ser recusadas pelo inferior, como também não podem ser subdelegadas sem expressa autorização do delegante.
 - IV. A subordinação e a vinculação política significam o mesmo fenômeno e não admitem todos os meios de controle do superior sobre o inferior hierárquico. Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II, III e IV.
 - (B) II e IV.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I e III.
 - (E) I, III e IV.

13. (TJSP – 2011) Assinale a alternativa correta, no que diz respeito à revisão de punição disciplinar.

- (A) A simples alegação de injustiça da decisão de punição disciplinar da qual não caiba mais recurso constitui fundamento para o pedido de revisão processual.
- (B) Será admitida a reiteração do pedido de revisão processual pelo mesmo fundamento, por duas vezes.

- (C) O pedido de revisão processual será instruído com as provas que o requerente possuir ou com indicação daquelas que pretenda produzir.
- (D) O ônus da prova cabe ao requerente, e a pena imposta, conforme o caso, poderá ser agravada pela revisão.
- (E) Deferido o processamento da revisão, será este realizado pelo mesmo Procurador de Estado que tenha funcionado no procedimento disciplinar de que resultou a punição do requerente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

14. (TRF4 – 2014) A respeito da competência internacional, considere:

- I. Ação relativa a imóvel situado no Brasil.
 - II. Ação referente à obrigação que deve ser cumprida no Brasil.
 - III. Ação que se originar de fato ocorrido ou de ato praticado no Brasil.
 - IV. Ação em que for ré pessoa domiciliada no Brasil.
- A competência da autoridade judiciária brasileira é concorrente nos casos indicados APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) IV.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I, II e III.
 - (E) III e IV.

15. (VUNESP - 2014) - Quanto à coisa julgada, é correta a seguinte afirmação.

- (A) Na substituição processual, a coisa julgada material não pode atingir o substituído processual.
- (B) Na sucessão processual por alienação de coisa litigiosa, havendo concordância das partes do processo, o direito passa a ser defendido pelo adquirente, que assume a qualidade de parte, e a coisa julgada o atinge.
- (C) Na sucessão processual, se não houver concordância das partes de que o sucessor assumira a posição do sucedido, aquele (o sucessor) não poderá ser atingido pela coisa julgada.
- (D) Nas ações civis públicas que são movidas em defesa de interesses difusos, a coisa julgada material tem eficácia secundum eventum litis, ficando restrita às sentenças de mérito, ainda que a improcedência seja por insuficiência de provas.
- (E) Todas as sentenças proferidas nos processos de jurisdição voluntária se sujeitam à coisa julgada material.



16. (TJSP – 2011) Havendo falecimento da parte, durante o prazo de interposição de recurso de apelação,

- (A) não implicará nenhuma suspensão ou interrupção, por haver advogado constituído nos autos.
- (B) não implicará suspensão ou interrupção, a não ser que se trate do falecimento do advogado da parte.
- (C) implicará a interrupção do feito, até que seja nomeado inventariante da parte falecida, que assumirá o feito.
- (D) será o prazo restituído em proveito do herdeiro ou do sucessor, contra quem correrá o prazo restante depois de sua intimação.
- (E) será o prazo restituído em proveito do herdeiro ou do sucessor, contra quem começará a correr o prazo por inteiro depois da intimação.

17. (TJSP – 2011) A citação é um dos atos processuais mais importantes para a formação do processo. Sendo assim, assinale a alternativa correta.

- (A) O militar, em serviço ativo, será citado na unidade em que estiver servindo se não for conhecida a sua residência ou nela não for encontrado.
- (B) Poderá ser feita a citação a quem estiver assistindo a qualquer ato de culto religioso, desde que o ato não seja interrompido.
- (C) A citação válida constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição desde que ordenada por juiz competente.
- (D) Estando o réu ausente, a citação far-se-á na pessoa de seu mandatário, administrador, feitor ou gerente em qualquer caso.
- (E) Incumbe à parte promover a citação do réu nos 5 (cinco) dias subseqüentes ao despacho que a ordenar.

18. (TJSP – 2011) Nas ações de procedimento ordinário, é possível a cumulação de pedidos por parte do autor em sua inicial. Diante dessa informação, assinale a alternativa correta.

- (A) É lícito formular mais de um pedido em ordem sucessiva, escolhendo o juiz conhecer pela ordem que julgar mais adequada.
- (B) É permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.
- (C) A admissibilidade da cumulação dos pedidos não importa que tenha competência para conhecer deles o mesmo juízo.

(D) Os pedidos cumulados não necessitam ser compatíveis entre si, contudo, devem estar adequados ao mesmo procedimento.

(E) A cumulação dependerá de anuência do réu, que pode ser tácita ou explicitamente impugnada na contestação.

19. (TRF4 – 2014) Os prazos que as partes podem, de comum acordo, reduzir ou prorrogar, mediante requerimento fundado em motivo legítimo formulado antes do vencimento, denominam-se prazos

- (A) impróprios.
- (B) preclusivos.
- (C) peremptórios.
- (D) dilatatórios.
- (E) próprios.

DIREITO CIVIL

20. (TRF5 – 2012) Considere:

I. A anuência ou a autorização de outrem, necessária à validade de um ato, provar-se-á do mesmo modo que este, e constará, sempre que se possa, do próprio instrumento.

II. A parte que comparecer à lavratura de escritura pública sem documento não poderá participar do ato.

III. Os traslados e as certidões, extraídos por tabelião ou oficial de registro, de instrumentos ou documentos lançados em suas notas não têm a mesma força probante da escritura pública.

Está correto o que consta em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) II, apenas.

21. (TRF5 – 2012) Sobre a prescrição,

(A) só se admite a renúncia quando realizada de forma tácita.

(B) os prazos não podem ser alterados por acordo das partes.

(C) deve ser alegada pela parte na primeira oportunidade que se manifestar nos autos.

(D) iniciada contra uma pessoa, se interrompe com sua morte e reinicia seu curso contra o seu sucessor, de pleno direito, na data da sua morte.

(E) os prazos não poderão sofrer interrupção ou suspensão.



22. (TRF5 – 2012) Quando, em virtude de obrigação nova, outro credor é substituído ao antigo, ficando o devedor quite com este, tem-se configurada a

- (A) novação ativa.
- (B) sub-rogação legal.
- (C) sub-rogação convencional.
- (D) cessão de crédito.
- (E) transação.

23. (TRF1 – 2011) Um saco de cimento e um saco de arroz são bens

- (A) fungível e infungível, respectivamente.
- (B) infungível e fungível, respectivamente.
- (C) infungíveis.
- (D) fungíveis.
- (E) não consumíveis.

24. (TRF1 – 2011) Com relação aos Defeitos do Negócio Jurídico, considere:

I. Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

II. São nulos os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

III. Se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.

IV. Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, ainda quando o ignore, poderão ser anulados pelos credores quirografários, como lesivos dos seus direitos.

De acordo com o Código Civil brasileiro, está correto o que se afirma SOMENTE em:

- (A) I, III e IV.
- (B) I e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II e IV.

25. (TRF1 – 2011) No negócio jurídico A, foi preterida uma solenidade que a lei considera essencial para a sua validade; o negócio jurídico B não reveste de forma prescrita em lei; o negócio jurídico C foi celebrado com adolescente de 17 anos de idade e o negócio jurídico D possui vício resultante de coação. Nestes casos, de acordo com o Código Civil brasileiro, são nulos SOMENTE os negócios jurídicos

- (A) A e B.
- (B) A, B e C.
- (C) A, B e D.
- (D) C e D.
- (E) B, C e D.

DIREITO PENAL

26. (TRF4 – 2014) No direito brasileiro legislado, desde que subtraia por completo o entendimento da ilicitude ou a determinação por ela, a embriaguez terá, genericamente, o condão de excluir total ou parcialmente a imputabilidade penal quando for

- (A) oriunda de culpa consciente.
- (B) oriunda de culpa inconsciente.
- (C) oriunda de caso fortuito.
- (D) não premeditada.
- (E) não preordenada.

27. (TRF4 – 2014) No cômputo da pena, estima-se o

- (A) acréscimo decorrente da continuidade genérica à vista da gravidade das circunstâncias judiciais verificadas.
- (B) abatimento decorrente da semi-imputabilidade à vista da perspectiva de cura do quadro médico-psiquiátrico do agente.
- (C) abatimento decorrente da tentativa à vista da aptidão concreta da conduta para ofender o bem jurídico tutelado.
- (D) acréscimo decorrente do concurso formal heterogêneo à vista do número de infrações praticadas.
- (E) acréscimo decorrente do concurso formal homogêneo à vista da identidade objetivo-subjetiva das infrações praticadas.

28. (TRF4 – 2014) Com uma velha espingarda, o exímio atirador Caio matou seu próprio e amado pai Mélvio. Confundiu-o de longe ao vê-lo sair sozinho da casa de seu odiado desafeto Tício, a quem Caio realmente queria matar. Ao morrer, Mélvio vestia o peculiar blusão escarlate que, de inopino, tomara emprestado de Tício, naquela tão gélida quanto límpida manhã de inverno. O instituto normativo mais precisamente aplicável ao caso é, doutrinariamente, conhecido como

- (A) error in personam (Código Penal, art. 20, par. 3o).
- (B) parricidium enquanto circunstância genérica de pena (Código Penal, art. 61, II, “e”, 1a hipótese).
- (C) aberratio ictus de unidade simples (Código Penal, art. 73, 1a parte).
- (D) aberratio ictus de unidade complexa (Código Penal, art. 73, 2a parte).
- (E) aberratio delicti (Código Penal, art. 74).



29. (VUNESP – 2014) Determina o art. 327 do CP: “considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.” O § 2º do mesmo artigo traz causa de aumento de pena se os autores dos crimes previstos no respectivo capítulo forem ocupantes de

(A) cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.

(B) cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista ou empresa pública, apenas.

(C) cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta ou sociedade de economia mista, apenas.

(D) cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, apenas.

(E) cargos em comissão, apenas.

30. (VUNESP – 2014) A conduta de “solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função” caracteriza crime de

(A) corrupção ativa.

(B) corrupção passiva.

(C) tráfico de influência.

(D) exploração de prestígio.

(E) condescendência criminosa.

31. (TRF1 – 2011) O funcionário público que, no exercício de suas funções, atendendo a apelo do réu, retarda por vários meses o cumprimento de mandado de citação para possibilitar-lhe mais tempo para preparar a defesa, responderá pelo crime de

(A) concussão.

(B) peculato.

(C) excesso de exação.

(D) corrupção passiva.

(E) prevaricação.

PROCESSO PENAL

32. (TRF1 – 2011) O Inquérito policial

(A) poderá ser arquivado por determinação da autoridade policial, desde que através de despacho fundamentado.

(B) pode ser presidido pelo escrivão de polícia, desde que as diligências realizadas sejam acompanhadas pelo Ministério Público.

(C) não exige forma especial, é inquisitivo e pode não ser escrito, em decorrência do princípio da oralidade.

(D) será remetido a juízo sem os instrumentos do crime, os quais serão devolvidos ao indiciado.

(E) não é obrigatório para instruir a ação penal pública que poderá ser instaurada com base em peças de informação.

33. (TRF1 – 2011) A ação penal ajuizada pelo ofendido ou por quem tenha condições de representá-lo, nos crime de ação pública, quando não for intentada pelo Ministério Público no prazo legal, denomina-se ação penal

(A) privada exclusiva.

(B) pública incondicionada.

(C) privada subsidiária da pública.

(D) pública condicionada.

(E) privada personalíssima.

34. (TRF1 – 2011) A prisão temporária

(A) não possibilita a liberação do agente pela autoridade policial sem alvará de soltura expedido pelo juiz que a decretou, ainda que tenha terminado o prazo de sua duração.

(B) pode ser decretada pelo juiz de ofício, independentemente de representação da autoridade policial.

(C) só pode ser decretada no curso da ação penal, se houver prova da materialidade do delito e indícios veementes da autoria.

(D) é uma modalidade de prisão cautelar, cuja finalidade é assegurar uma eficaz investigação policial, quando se tratar da apuração de infração penal de natureza grave.

(E) pode ser prorrogada tantas vezes quantas forem necessárias, desde que seja imprescindível para a investigação do delito.

35. (TRF5 – 2012) Da aplicação do princípio da indisponibilidade da ação penal decorre que

(A) o Ministério Público não pode pedir absolvição em alegações finais ou debates em audiência.

(B) o pedido de arquivamento de inquérito policial pelo Ministério Público estará limitado às hipóteses em que se verifique causa de exclusão da ilicitude.

(C) o Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto.



(D) o Ministério Público de segundo grau vincula seu parecer às razões de recurso apresentadas pelo Ministério Público de primeiro grau.

(E) haverá sempre o dever legal de recorrer pelo Ministério Público de decisão absolutória

36. (TRF5 – 2012) A competência para processar e julgar originariamente membro dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios nos crimes comuns e de responsabilidade pertence

(A) ao Supremo Tribunal Federal.

(B) ao Tribunal Regional Federal.

(C) ao Tribunal de Justiça Estadual.

(D) ao Superior Tribunal de Justiça.

(E) à Justiça Estadual de 1º grau.

37. (TRF 4 – 2014) Em relação à sentença penal proferida em ação de conhecimento,

(A) o juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento da apelação que vier a ser interposta.

(B) o juiz, ao proferir sentença condenatória, fixará valor máximo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido.

(C) se o réu estiver preso, a intimação da sentença será feita pessoalmente ao defensor por ele constituído.

(D) somente a defesa pode, no prazo de dois dias, opor embargos de declaração, sempre que na sentença houver obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão.

(E) somente depois do trânsito em julgado da sentença absolutória é que o juiz ordenará a cessação das medidas cautelares e provisoriamente aplicadas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

38. (VUNESP – 2014) A Constituição Federal veda a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, bem como veda que referida cobrança se dê antes de decorridos noventa dias da publicação da lei que os instituir ou aumentar. Tais vedações refletem o que a doutrina, respectivamente, denomina de princípio da anterioridade e de noventena. Assinale a alternativa na qual se encontra um tributo que se sujeita à anterioridade, mas excepciona a noventena.

(A) Empréstimo compulsório instituído no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.

(B) Empréstimo compulsório instituído para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.

(C) Imposto sobre produtos industrializados.

(D) Imposto de renda.

(E) Contribuição de intervenção no domínio econômico.

39. (VUNESP - 2014) A competência tributária para instituir imposto sobre a propriedade territorial rural pertence

(A) exclusivamente à União.

(B) privativamente aos municípios que optarem por fiscalizar e cobrar o imposto, na forma da lei, conforme determina a Constituição Federal.

(C) concorrentemente à União e aos municípios que optarem por fiscalizar e cobrar o imposto, na forma da lei, conforme determina a Constituição Federal.

(D) concorrentemente à União e ao Distrito Federal.

(E) residualmente aos Estados e ao Distrito Federal, caso optem por fiscalizar e cobrar o imposto, na forma da lei, conforme determina a Constituição Federal.

40. (TRF5 – 2012) Sobre competência legislativa em matéria tributária, é correto afirmar:

(A) A União tem sempre competência exclusiva para instituir contribuição social para seguridade social de todos os serviços públicos dos entes da Federação.

(B) Os entes da Federação têm competência comum para instituir contribuição de intervenção no domínio econômico.

(C) A competência para instituição de impostos vem discriminada na Constituição Federal para cada um dos entes da Federação.

(D) A competência para instituição de imposto residual é privativa da União, muito embora seja cabível delegação desta competência aos Estados-membros e Distrito Federal mediante lei complementar.

(E) A competência para instituição do ITR é de competência da União, mas a Constituição Federal admite expressamente a delegação desta competência aos Municípios, nos termos de lei complementar que regulamente as hipóteses e forma de delegação.

41. (TRF5 – 2012) Admite-se constitucionalmente a bitributação e o bis in idem na seguinte hipótese:

(A) imposto de competência dos Estados pela União, para incidir em Território Federal.

(B) contribuição de melhoria.

(C) imposto residual de competência da União.



(D) imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza pelos Estados-membros e Municípios em relação aos seus servidores públicos.

(E) imposto extraordinário, pela União, na iminência ou no caso de guerra externa.

42. (TRF4 – 2014) Considerando os critérios de tributação, são tributos com tributação não-cumulativa e progressiva, respectivamente,

(A) IR e IOF.

(B) IOF e ICMS.

(C) ICMS e IPI.

(D) ICMS e IOF.

(E) IPI e IR.

43. (TRF4 – 2014) Considerando o mecanismo jurídico-tributário,

(A) a obrigação tributária pressupõe a existência de crédito tributário devidamente constituído, pois a partir de sua existência já se torna o mesmo exequível.

(B) a exequibilidade do crédito tributário surge com o lançamento tributário, mas sua exigibilidade somente acontece a partir de sua inscrição na dívida ativa.

(C) o crédito tributário se torna exequível a partir de sua inscrição na dívida ativa.

(D) com o surgimento da obrigação tributária o crédito tributário passa a ser exigível.

(E) com a ocorrência do fato gerador já existe formalmente o crédito tributário, declarado pela obrigação tributária, da qual é indissociável.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

44. (TRF5 – 2012) Considerando as normas constitucionais que tratam do financiamento da Seguridade Social, os benefícios ou os serviços que são por ela prestados poderão ser criados, majorados ou estendidos

(A) sem que haja a previsão da correspondente fonte de custeio total.

(B) desde que haja a previsão da correspondente fonte de custeio total.

(C) desde que haja a previsão da correspondente fonte de custeio total, apenas para os benefícios e os serviços prestados pela previdência social.

(D) sem que haja a previsão da correspondente fonte de custeio total, exceto para os serviços de assistência à saúde, cuja criação, majoração ou extensão dependem da previsão de fonte de custeio total.

(E) desde que haja a previsão da correspondente fonte de custeio total, apenas para os benefícios e serviços prestados pela assistência social.

45. (TRF3 – 2014) De acordo com a Lei no 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, considera-se proteção

(A) socioeducativa.

(B) social especial.

(C) socioeconômica.

(D) social básica.

(E) social protetiva.

46. (TRF5 – 2012) O regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas as suas autarquias e fundações, possui caráter

(A) contributivo e solidário, por imposição normativa.

(B) meramente contributivo e de filiação obrigatória.

(C) contributivo e solidário, desde que haja a opção do servidor público pela adesão à solidariedade.

(D) meramente contributivo, não havendo solidariedade entre seus participantes, como ocorre no regime geral de previdência social.

(E) meramente contributivo, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial na concessão dos benefícios.

47. (TRF4 – 2014) Alfredo, Ministro de Estado e Álvaro, Secretário Municipal são considerados em relação à Previdência Social, servidores públicos,

(A) empregados e segurados facultativos da Previdência Social e da Previdência Complementar.

(B) não empregados e segurados não obrigatórios da Previdência Social.

(C) não empregados, ocupantes de cargo em comissão sem vínculo efetivo com o Estado e com o Município, respectivamente, e segurados não obrigatórios da Previdência Social.



(D) não empregados ocupantes de cargo em comissão sem vínculo efetivo com o Estado e com o Município, respectivamente, e segurados da Previdência Complementar, obrigatoriamente.

(E) empregados e segurados obrigatórios da Previdência Social.

48. (TRF2 – 2012) em relação ao Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS considere:

I. O Conselho Nacional de Previdência Social é composto por representante do Governo Federal e da Sociedade Civil totalizando onze membros em sua composição.

II. O Conselho Nacional de Previdência Social possui, na sua composição, três membros representantes dos aposentados e pensionistas.

III. Os membros do Conselho Nacional de Previdência Social e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Presidente da República.

IV. O Conselho Nacional de Previdência Social reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada quinze dias, por convocação de seu Presidente.

De acordo com a Lei no 8.213/91, está correto o que consta APENAS em

(A) II, III e IV.

(B) I, II e III.

(C) II e III.

(D) I e IV.

(E) I e II.

49. (TRF4 – 2014) Glória Mercedes era companheira do segurado Rui Barbosa, por meio de união estável comprovada, com quem teve dois filhos menores. Rui Barbosa desapareceu e teve a morte presumida, declarada por meio de decisão judicial. Glória requer o benefício da pensão por morte, a seu favor, bem como de seus dois filhos. De acordo com a Lei no 8.213/1991, em relação ao direito e eventuais prazos do benefício para os autores, uma vez preenchidos os requisitos legais,

(A) apenas os filhos menores terão o direito ao benefício, a partir da data do óbito.

(B) Glória e seus filhos terão direito ao benefício, a partir da data da decisão judicial.

(C) se, entre o prazo do óbito de Rui Barbosa e o requerimento administrativo de Glória, transcorrerem mais de 30 dias, o marco inicial do benefício em relação à autora deve ser fixado a partir da data do protocolo administrativo.

(D) Glória e os seus filhos terão direito ao benefício a partir da data do óbito, quando requerido até trinta dias depois deste.

(E) Glória não terá direito ao benefício, pois não era legalmente casada com o segurado Rui Barbosa.

50. (TRF4 – 2014) Cesar Borges requereu sua aposentadoria por invalidez, com pedido de acréscimo de 30%, alegando necessidade de assistência permanente de outra pessoa, posto que é deficiente e detentor do mal de Alzheimer. Neste caso, o

(A) acréscimo previsto na Lei de Benefícios decorrente da necessidade de assistência permanente de outra pessoa possui natureza jurídica assistencial e é limitado a 25% de acréscimo, em face da ausência de previsão específica de fonte de custeio e na medida em que a Previdência Social deve cobrir todos os eventos da doença.

(B) pedido de Cesar só poderá ser acolhido se tiver, por fundamento, a aposentadoria por tempo de serviço.

(C) pedido de Cesar poderá ser bem-sucedido, uma vez que o acréscimo de 30% independe da espécie de aposentadoria do trabalhador.

(D) pedido de Cesar, certamente, será acolhido, considerando o caráter protetivo da norma, aliado ao princípio da dignidade da pessoa humana.

(E) pedido de Cesar é, totalmente, cabível, e será acrescido ao valor normal da aposentadoria do segurado, sendo previsto especificamente nos casos de aposentadoria por invalidez permanente.



PROVA DISCURSIVA - REDAÇÃO

INSTRUÇÕES:

- Redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre **UM** dos seguintes temas:
 - a) **Princípios constitucionais;**
 - b) **Carga tributária brasileira;**
 - c) **Recursos no Código de Processo Civil;**
 - d) **Benefícios previdenciários;**
 - e) **Sistema carcerário brasileiro.**
- O texto da Redação deverá observar os limites **mínimo de 20 (vinte)** linhas e **máximo de 30 (trinta)** linha;
- A Redação deverá ser manuscrita por meio de caneta esferográfica de tinta **Preta** ou **Azul**;
- Em nenhuma hipótese o rascunho elaborado pelo candidato será considerado no momento da correção.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO